

ARTIGOS

AS LIGAS CAMPONESAS ÀS VÉSPERAS DO GOLPE DE 1964*

Antônio Torres Montenegro**

Resumo

Este artigo analisa a luta no campo no Nordeste às vésperas do golpe de 1964. A partir da segunda metade da década de 1950, o Nordeste assistiu a uma crescente organização dos trabalhadores rurais. As Ligas Camponesas, criadas pelo Partido Comunista na segunda metade da década de 1940, ganharam uma nova força ante o engajamento do deputado socialista Francisco Julião. Essa organização adquiriu uma visibilidade nacional e mesmo internacional, principalmente após a Revolução em Cuba. Além disso, a Igreja, sentindo ameaçada sua hegemonia sobre os camponeses, foi desafiada a assumir uma posição de apoio à luta destes.

Palavras-chave

Ligas Camponesas; Igreja, luta da terra e imprensa; nordeste insurgente.

Abstract

This article analyses the peasants' fight in the Northeast just before 1964 coup d' état. From the late 1950s on, rural workers increasingly structure themselves into unions in the Northeast. The Peasant Unions founded by the Communist Party in the second half of the 1940s, gain a new force with the support of the socialist congressman Francisco Julião. Their organization gets a national and even international impact mainly after the Revolution in Cuba. On the other hand, the Church feeling threatened by losing its hegemony over the peasants is challenged to assume a position of support to the peasants' fight.

Key-words

Peasant Unions; Church, Fight for Land and Press; Insurgent Northeast.

Escolhemos como trilha para iniciar este artigo algumas reflexões sobre a história. Gramsci (filósofo marxista italiano, morto nas prisões do regime fascista de Mussolini, em 1937) afirmou serem todos os homens filósofos – em sentido espontâneo –, pois a filosofia estaria contida na “própria linguagem”, no “senso comum e no bom senso” e “na religião popular”.¹ Podemos, então, afirmar que, em sentido “espontâneo”, também somos todos historiadores – afinal, narramos histórias e, sobretudo, estamos constantemente retornando ao passado e repensando-o, ressignificando-o. A partir deste movimento de análise do passado, muitas vezes redefinimos nossa maneira de compreender e agir no presente e de refletir sobre os projetos futuros.

A partir dessa perspectiva, podemos indagar: qual a diferença entre pensar a história de forma espontânea e pensá-la como produção do conhecimento, ou seja, uma construção resultante de uma série de atividades complexas, que implicam um conjunto amplo de procedimentos? Em primeiro plano, encontram-se as experiências do presente, lançando novas interrogações, novas indagações, novos questionamentos ao passado; ao mesmo tempo, há de considerar a influência do refazer constante dos conhecimentos teóricos e as ressonâncias advindas de outras áreas do conhecimento, que informam e modulam esse *diálogo maiêutico* com o passado. Frequentemente interligados a este complexo movimento estão registros novos, ou seja, novos documentos selecionados, descobertos ou mesmo produzidos – como entrevistas de histórias de vida e/ou temáticas –, possibilitando à história operar um refazer constante de sentidos e significados. Assim, temos a história como uma atividade intelectual que realiza uma constante crítica de seus parâmetros analíticos, voltada para o presente e para o futuro. Ou seja, toda história é sempre história do tempo presente, pois é a partir das questões e desafios colocados na cotidianidade que interpelamos o passado. Dessa forma, a história não é uma contemplação descomprometida do passado, mas atende a desafios, interrogações da nossa contemporaneidade: é para responder ao presente que reescrevemos permanentemente a história. Em outros termos, arrancamos a história dos perigos da memória ou, na expressão de Pierre Nora, “O movimento da história, a ambição não são a exaltação do que verdadeiramente aconteceu, mas sua anulação”.²

Ao mesmo tempo, parece-nos significativo, neste preâmbulo, revisitar as análises que desenvolvem uma instigante reflexão acerca da memória, em que esta é vista como uma grande ameaça à história. Memória considerada um conjunto amplo de discursos, rituais e práticas que entronizam, cristalizam, congelam acontecimentos, personagens, períodos históricos, mitificando significados e, dessa forma, impossibilitando a história de exercer sua prática mais fecunda, que é a operação cortante da crítica, ao instituir um constante refazer do passado historiográfico.

Nesse sentido, é muito elucidativo retomar dois momentos emblemáticos da história do Brasil, 1930 e 1964, em que a normalidade constitucional foi interrompida. Concomitantemente a este movimento de ruptura do pacto constitucional, os grupos que se apropriaram do poder político se autoproclamaram realizadores de uma revolução.

A marca de 1930 como revolução transformou-se em memória. Mesmo hoje, com toda a produção historiográfica revisitando criticamente aquele movimento e apontando sua inserção na modernização do capitalismo pela via autoritária, a expressão *revolução de 1930* tornou-se um signo que parece atravessar o tempo, incólume ao movimento da crítica e da desconstrução. Felizmente, em relação a 1964, a expressão “revolução”, adotada pelos militares e seus porta-vozes, só conseguiu se manter publicamente enquanto a censura e o controle sobre os meios de comunicação vigoraram de forma rígida. À medida que a sociedade civil reconquistou o direito à livre expressão, observou-se a produção de um contradiscurso, pontuando aquele acontecimento no quadro da ruptura da normalidade democrática e, portanto, como mais um golpe contra os princípios constitucionais.

O palco da história, no entanto, é revelador de constantes combates. Não podemos ser ingênuos e acreditar que a representação de 1964 como revolução esteja inteiramente esquecida; sobretudo, quando reconhecemos que a narrativa historiográfica não resulta de uma transposição mecânica das evidências documentais, mas, antes, consideramos os diversos documentos formas e estratégias de produção do real. Na extensão deste entendimento, os sujeitos, os princípios ou mesmo os acontecimentos considerados fundadores são abolidos e coloca-se a possibilidade de pensarmos e agirmos como criadores e construtores da própria história.³

Nessa perspectiva, associada à dimensão da representação do passado como combate, voltemos à nossa formulação inicial, de que a história é um território de disputa no presente. Assim, ao escolhermos estudar o período que antecede o golpe de 1964, a partir das lutas no meio rural (privilegiando a temática das Ligas Camponesas), inserimo-nos num campo de disputa que, ao mesmo tempo, defronta-se com questões e desafios do presente, ou seja, a problemática da luta pela terra *hoje*. Em outros termos, somos desafiados por questões atuais como: passados 50 anos, apesar de toda modernização capitalista, o que impede o trabalhador rural de alcançar a condição de cidadania para si e sua família?

Para refletir historicamente sobre a luta pela terra no período que antecede o golpe, propomo-nos realizar um percurso que analisará esta temática a partir de três fontes documentais: os relatos da polícia, da imprensa e de padres.

Fragmentos policiais

Para iniciar este estudo tomando como referência as lutas dos trabalhadores rurais, sobretudo as Ligas Camponesas, há de se considerar o significado que elas adquiriram entre o final da década de 1950 e o início da seguinte. É importante registrar que, embora a sindicalização rural estivesse prevista na Consolidação das Leis Trabalhistas, fosse compatível com os termos da Constituição de 1946 e anunciada como meta de diversos governos, era barrada pela pressão do bloco agrário.⁴ Ou seja, em todo o Brasil, os trabalhadores rurais se organizavam e encaminhavam ao Ministério a carta de sindicalização, mas esta não era autorizada por pressão dos proprietários, por meio da Confederação Rural Brasileira.

Foi nesse cenário que os foreiros do Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão (PE), decidiram criar uma associação de ajuda mútua, de forma que pudessem, de maneira solidária, socorrer uns aos outros nos momentos de necessidade. Dessa forma, acreditavam que poderiam melhor enfrentar problemas como o atraso no pagamento do foro e até o enterro dos seus mortos, que então era realizado num caixão coletivo, cedido pela Prefeitura – este, depois de utilizado, tinha de ser novamente devolvido.⁵

Bastante reveladora da relação que existia entre os trabalhadores e os senhores rurais é a carta-convite enviada pelos foreiros de Galiléia ao Sr. Oscar Beltrão, dono do Engenho, para que este aceitasse o cargo de presidente honorário da Sociedade que eles acabavam de fundar:

Prezado Sr.

A Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, registrada sobre o número 92.907 pede vênha para comunicar a Vossa Excelência, que em Assembléia Geral, com o comparecimento de 123 associados, por unanimidade de votos, foste eleito Presidente de Honra de nossa Sociedade, bem assim, viemo-nos em nome da mesma convidar a Vossa Exa. para assistir e tomar posse do referido cargo, em reunião que terá lugar no 1º domingo de julho do corrente ano, e assistir a posse de nosso advogado, Dr. Arlindo Dourado, como também inauguração da escola que receberá o nome de “Paulo Belence”. Sem mais para o momento subscrevemo-nos, atenciosamente e obrigado. Assinados a Diretoria. Engenho Galiléia, 5 de junho de 1955.⁶

A leitura da carta possibilita diferentes análises: por um lado, esta pode ter sido mais uma tática de despiste dos trabalhadores para que o senhor de engenho não visse naquela *sociedade* um órgão contrário aos interesses patronais, já que os próprios trabalhadores o convidavam para um cargo de honra. Mas, ao mesmo tempo, revela o amplo domínio exercido pelos senhores, pois os trabalhadores, no momento em que

criaram sua organização, necessitaram estabelecer uma estratégia de conciliação ou de autonomia consentida com o proprietário. No entanto, pode-se ainda ler a carta não propriamente como um convite, mas como uma provocação – considerando as condições da época –, já que esta informava que, na reunião em que o proprietário ocuparia o cargo de *presidente de honra*, seria realizada a posse do advogado e haveria a inauguração de uma escola. Ora, podemos imaginar a perplexidade do Sr. Oscar Beltrão ao ler que os trabalhadores do seu Engenho estavam constituindo um advogado e fundando uma escola, como consta na carta-convite.

Em outros termos, ao senhor de engenho era dado conhecimento que seus trabalhadores estavam construindo outras estratégias para enfrentar seus problemas de vida e trabalho. De forma explícita, sem subterfúgios, estavam sendo levadas ao conhecimento do senhor práticas que sinalizavam com a ruptura do pacto paternalista e de compadrio que cimentava as relações de exploração. Contratar um advogado era uma forma de dizer ao senhor que a relação de direitos e deveres entre o dono da terra e os trabalhadores não seria mais estabelecida apenas verbalmente ou por meio da política do que eram considerados “pequenos favores”. Estes tinham o efeito de aprofundar a dependência e dificultar a mudança das relações de exploração. Os trabalhadores, ao constituírem um advogado para defender seus direitos, emitiam o signo de que o fórum das suas querelas seria a justiça, e não mais o silêncio resultante das ameaças dos vigias e administradores a mando dos senhores. Já a criação da escola lhes possibilitaria o acesso à leitura e à escrita – o que, no futuro, dificultaria as perversas práticas de expropriação do trabalhador, quer através das cadernetas de contas do barracão, quer no controle das medições da terra a ser plantada e/ou colhida.

A historiografia sobre o tema afirma que Sr. Oscar Beltrão teria, num primeiro momento, aceitado o convite, mas, alertado por outros proprietários sobre o perigo comunista de tal iniciativa, teria renunciado ao cargo e exigido que os trabalhadores imediatamente dissolvessem a *sociedade*. Ao não se submeterem a tal exigência do proprietário é que teve início a luta de resistência.⁷

Em decorrência desse conflito, os trabalhadores de Galiléia partiram em busca de um advogado ou de um político que os defendesse. Depois de inúmeras tentativas, foi sugerido o nome de Francisco Julião – que, nessa época, além de advogado, era deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro. Este aceitaria a causa e, num curto espaço de tempo, transformaria esta luta numa bandeira de todos os trabalhadores rurais do Nordeste e do Brasil.⁸ A partir deste encontro fortuito dos trabalhadores com o deputado e advogado Francisco Julião, as Ligas Camponesas (criadas pelo Partido Comunista desde a década de 1940, mas com atuação pouco expressiva, embora bastante vigiadas pela polí-

cia) ganharam uma nova dinâmica. Transformaram-se, segundo grande parte da imprensa, dos políticos e mesmo da sociedade civil, numa grande ameaça à ordem social e, sobretudo, à “paz agrária” dos latifundiários.⁹

Em relação a todo esse conjunto de discursos e práticas desencadeadas pelos trabalhadores rurais, vale ressaltar as observações de Foucault, ao analisar as características próprias das relações entre acontecimentos e deslocamentos do sentido histórico:

A história “efetiva” faz ressurgir o acontecimento, o que ele pode ter de único e agudo; é preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retornado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta.¹⁰

Francisco Julião e aqueles trabalhadores jamais poderiam imaginar que a luta de um grupo de camponeses nas terras de um engenho de Pernambuco se transformaria em tema da imprensa não só regional, mas nacional e mesmo internacional, e viria a mudar completamente sua vida.

O que, provavelmente, os trabalhadores não devem ter tido conhecimento à época, porém, é que aquele convite ao dono do Engenho para tomar posse do cargo de presidente de honra foi enviado à polícia e esta, imediatamente, designou os investigadores 118 e 190 para realizar diligências. Em outros termos, na lógica patronal, qualquer movimento dos trabalhadores que pudesse revelar algum sinal de mudança no *modus vivendi* de conformismo e submissão se constituía numa ameaça ao que era considerado ordem e paz no campo e, portanto, tratado como caso de polícia.

Esse monitoramento da polícia não se restringiu ao Engenho Galiléia, mas ocorreu de maneira intensa em quase todo o estado, como aparece num documento produzido pela Secretaria de Segurança Pública, no qual estão registrados os nomes dos municípios e de algumas propriedades em que ocorria mobilização e organização dos trabalhadores. Os investigadores que espionavam a atuação das Ligas produziam relatórios periódicos, em que nomeavam aqueles tidos como os principais líderes e suas atividades. Estes documentos, além de expressarem a visão da polícia, que não se distinguiu daquela da maioria dos senhores, guardavam, entretanto, algumas surpresas. É quando, eventualmente, o próprio policial se mostrava “surpreso e indignado” com a prática dos senhores.¹¹

A descrição do conflito em dois engenhos no município de Paudalho¹² – Engenho Pindobal e Engenho Malemba – feita pelo investigador 239, em relatório dirigido ao Comissário-Supervisor em 11 de junho de 1960, constitui-se num documento emblemático da atuação da polícia, mas, ao mesmo tempo, revelador de signos paradoxais.

O comissário 239 narrava em seu relatório quem são os camponeses responsáveis pela agitação em ambos os engenhos. Após nomeá-los, descrevia as duas tentativas frustradas de prender aquele que era considerado o líder-mor, de nome Felício Inácio da Silva, “chefe local da Liga Camponesa”. O insucesso deveu-se, segundo o comissário, “ao grande número de associados que observavam os nossos movimentos e informavam em tempo a Felício para ele fugir”. Afirmava, ainda, que os mentores dos camponeses eram os agitadores comunistas Sancho Magalhães e Manoel Vicente de Luna, com quem aqueles costumavam reunir-se em Paudalho. Em seguida, registrava no relatório que:

Estes dois elementos Sancho e Manoel de Luna são os responsáveis por todas as agitações reinantes nos engenhos do município de Paudalho. Por outro lado existe outra figura que encoraja os camponeses e os incentiva. Trata-se do promotor público da comarca Dr. Paulo Amazonas, elemento reconhecidamente de tendências vermelhas. Os elementos da Liga Camponesa quando voltam de Paudalho costumam ameaçar de morte todo camponês que não é sócio da Liga e ainda não permitindo que os mesmos plantem qualquer lavoura.¹³

Essas e outras informações relatadas pelo investigador 239 constituiriam a rede de observação, controle e repressão produzida pela polícia. O documento revelava a preocupação em identificar pessoas, nomeá-las e, de forma genérica, estabelecer um padrão de conduta que homogeneizava todos que eram considerados uma ameaça – ou, apenas, suspeitos. Dessa forma, o relatório em foco trilhou os caminhos padronizados pelo que foi instituído pela polícia a ser observado e identificado como fator gerador de ruptura da ordem no meio rural ou mesmo aqueles discursos e práticas que eram tidos como potencialmente perigosos. Ou seja, tudo que parecia significar uma atitude ou um movimento de resistência às práticas dominantes de exploração era considerado quebra da ordem.

Note-se, contudo, que na parte final (e, portanto, conclusiva) deste mesmo relatório, o investigador 239 descreveria uma série de observações que se apresentavam inteiramente paradoxais, tomando-se a ótica policial como referência. Este parece ter se deslocado do seu campo de observação e assimilado os referenciais do discurso das Ligas. No entanto, jamais poderia admitir esta influência – antes, precisava mostrar a seu superior a origem insuspeita de suas observações. Assim, informava que a denúncia acerca das práticas desonestas dos senhores, que passava a descrever, resultou do “contato com os camponeses” e “apuração dos fatos”. O comentário acerca da fonte das informações/denúncias

contra os senhores tinha o intento de produzir a idéia de que estas foram construídas de maneira neutra e objetiva e, por extensão, sem qualquer relação com o discurso produzido pelas Ligas. Relatava, então, o investigador:

Quando ao engenho Malemba o encontramos totalmente em greve. Neste engenho o chefe da Liga é o camponês Odom Barboza, mas as reuniões eram feitas no engenho Pindobal, na residência de Felício Inácio da Silva. Entretanto ao meu ver não era apenas a Liga Camponesa que estava agindo. *Neste engenho, havia um fator mais forte. Entrei em contato com os camponeses e apurei a realidade dos fatos. Alegavam os moradores do engenho que não podiam trabalhar por 35 cruzeiros diários e comprar no barracão um quilo de charque por \$180 cruzeiros. Em vista disso procuravam o engenho Crusahy ou outros onde pudessem ganhar um salário condigno; este caso fizemos ver a proprietária Dona Ester do engenho, que nos prometeu estudar o caso. Sucede um caso. Na maioria dos engenhos que não convém citar aqui o trabalhador costuma tirar uma conta de 10 X 10 braças quadradas por dia. A braça honesta é de 2 metros e 10 centímetros perfazendo 441 metros quadrados. Mais na maioria dos engenhos campeia a desonestidade. Recebem o trabalho honesto do camponês e lhe pagam um salário desonesto. Neste caso, está o engenho Malemba e muitos outros. No citado engenho a vara de medir contas tem 2 metros e 30 centímetros, isto é 20 centímetros a mais. Ora, medindo-se uma conta de 10 X 10 não perfazia 441 metros e sim 529 metros quadrados, isto é 88 metros a mais no serviço do camponês. Neste caso alegaram os camponeses de Malemba que passam um dia e meio para ganhar 35 cruzeiros. Ora, com esta diária alegavam os camponeses não trabalhavam, e então procuravam trabalho em outros engenhos. Deste modo ficava o engenho Malemba completamente parado, não por agitação da Liga Camponesa, mas sim, pela falta de honestidade de seu proprietário. Para provar este caso basta citar que a proprietária do engenho resolveu pagar a conta 10 X 10 a 100 cruzeiros e dos 60 moradores do engenho mais de 50 voltaram ao trabalho.*¹⁴

O comissário, ao afirmar que havia um fator mais forte que o das Ligas concorrendo para produzir – segundo suas palavras – a situação de agitação no Engenho Malemba, nomeou os proprietários *desonestos*. O trabalhador era alvo de roubo por parte do proprietário, que fazia uso de uma vara que não obedecia aos padrões oficialmente definidos para medir a terra cultivada e nem pagava o salário justo. Para comprovar que estava com a razão, informava que a proprietária, ao passar a utilizar a vara do tamanho correto e aumentar o valor do salário, teve a situação de greve no Engenho praticamente normalizada. Esse documento aponta, de alguma forma, como o discurso das Ligas, desnaturalizando aquelas estratégias “desonestas” de exploração praticadas havia décadas pelos proprietários, acabou por influir na maneira de alguns policiais perceberem e compreenderem os conflitos nos engenhos. A própria polícia agiu como negociadora, resultando daí um efeito prático imediato: levou a proprietária a alterar, ao menos momentaneamente, seus procedimentos.

Relatos como o do investigador 239, apontando a desonestidade dos proprietários, no entanto, permaneciam confidenciais. Mesmo quando algum setor da sociedade apresentava alguma crítica às condições de trabalho no meio rural, imediatamente esta era identificada como produzida pelas Ligas, pelos comunistas ou por pessoas atuando em defesa do interesse destes e, portanto, qualificadas como não merecedoras de crédito.

Podemos, então, compreender que as lutas dos trabalhadores por condições elementares de cidadania, ao serem associadas (através do discurso patronal, da imprensa e de órgãos do Estado) a uma tática e uma estratégia comunista, passavam, na ótica oficial, do campo legal e constitucional para o território da ilegalidade e, assim, ofereciam aos senhores os meios para recorrer à proteção policial e, também, fazer uso da violência privada sempre que se sentissem ameaçados.

O Nordeste é notícia

O período 1955-1964, que compreende desde a transformação das Ligas Camponesas em um amplo instrumento de organização e luta dos trabalhadores até o golpe militar, tornou o Nordeste objeto de incontáveis reportagens na imprensa nacional e mesmo internacional. Seleccionamos algumas matérias acerca do Nordeste para analisarmos como a imprensa descreveu e, por extensão, construiu um conjunto de significados sobre a luta dos trabalhadores rurais pela cidadania. Destacaremos os textos escritos por dois jornalistas que visitaram a região, realizando contatos e entrevistas com camponeses e políticos. O primeiro é Antonio Callado, que fez duas séries de reportagens para um jornal do Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, resultantes de duas visitas: a primeira publicada entre 10 e 23 de setembro de 1959, e a segunda, entre 29 de novembro e 2 de dezembro do mesmo ano.¹⁵ O outro é o jornalista americano Tad Szulc, que realizou uma reportagem para o jornal *The New York Times*, da cidade de Nova York, publicada em 31 de outubro e 1 de novembro de 1960.

Antonio Callado viajou ao Nordeste a convite do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (Codeno) e visitou os estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco. À época, estava em discussão na Câmara Federal uma Lei de Irrigação que, entretanto, encontrava resistência de parlamentares do Ceará e da Paraíba, onde os problemas da seca eram dos mais graves. Na série de reportagens que realizou, Callado denunciava a indústria da seca, ou seja, os mecanismos através dos quais os latifundiários transformavam os problemas decorrentes da seca em um grande negócio. Denunciou, também, como os açudes construídos com verbas públicas para beneficiar toda uma população rural aca-

bavam atendendo a uns poucos latifundiários. Em seguida, ao visitar Pernambuco, relatou a luta dos moradores de Galiléia. Fez um breve histórico da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP)¹⁶ e de como os moradores estavam mobilizados, na expectativa do desfecho de um pedido de desapropriação do Engenho encaminhado ao governo do estado e que tramitava havia dois anos na Assembléia Legislativa.¹⁷

Toda essa série de reportagens de Callado decorreu de um movimento dentro do governo Juscelino Kubitschek, que procurava, estrategicamente, obter o apoio do jornal *Correio da Manhã* aos projetos que apresentava para responder à grave crise que dominava o Nordeste, ampliada com a enorme seca de 1958. O apoio da opinião pública era considerado de grande importância para vencer a resistência de muitos parlamentares no Congresso ao projeto Operação Nordeste, proposto por Celso Furtado e que resultaria na fundação da Sudene.¹⁸

As reportagens escritas por Callado descreviam e produziam um Nordeste em que muitos se reconheciam, e outros não. Instituíam, por extensão, um campo de luta, pois a cada criação estavam associados conceitos, imagens, princípios políticos, análises do presente e perspectivas de ação e mudanças que se confrontavam com outras matérias jornalísticas. Ao mesmo tempo, acontecimentos vários em tempos simultâneos possibilitam estabelecer associações que projetam e ampliam as possibilidades de compreensão do passado. As forças que se digladiam nesse momento apontam para

(...) um combate “pela verdade” ou, ao menos, “em torno da verdade” – entendendo-se, mais uma vez, por verdade não “o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar”, mas o “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”; entendendo-se também que não se trata de um combate “em favor” da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha.¹⁹

A mobilização dos camponeses de Galiléia tornou-se, nos últimos anos da década de 1950, um símbolo de resistência para uma parcela da sociedade, enquanto para outros representava o avanço do comunismo e a ruptura da *pax agrária*. Após a criação da SAPPP, em 1954, e sua regulamentação, no ano seguinte, o movimento de trabalhadores rurais assistiu a uma constante campanha de acusações e ameaças de subversão da ordem e desrespeito ao princípio sagrado da propriedade na quase totalidade da grande imprensa e nos meios políticos. Por parte do governo do estado, o canal de negociação era bastante reduzido. Apesar de toda esta campanha, as delegacias das Ligas se expandiam em Pernambuco e em 1959 estas já eram em número de 25.²⁰ As mobilizações públicas de cam-

poneses eram uma constante. No 1º de maio de 1956, Francisco Julião mobilizou 600 camponeses para participar das comemorações em Recife. Em 1958, 3.000 participam do Primeiro Congresso de Lavradores, Trabalhadores Agrícolas e Pescadores. Estes últimos, aliás, caminharam até a Assembléia Legislativa, que dedicou uma sessão à questão da Reforma Agrária.²¹

Um incidente com a polícia no final de 1956 possibilita-nos reconstruir um fragmento da resistência a qualquer mudança no meio rural e, por outro lado, revela o apoio oficial a práticas que violavam o Estado de direito. Realizava Julião mais uma reunião com os moradores de Galiléia, num sábado à tarde, quando o capitão da polícia militar estadual o prendeu e cortou a linha telefônica entre Vitória de Santo Antão e Recife, impedindo que os camponeses comunicassem o fato a algum membro do Conselho Regional das Ligas na Capital. Mesmo sendo deputado estadual e, portanto, dispondo de imunidade contra processos legais, Julião foi levado preso a Recife e entregue ao coronel do Exército que atendia como ajudante-de-ordens do então governador Cordeiro de Farias. O coronel se disse indignado com a atitude do capitão e Julião foi libertado imediatamente. Na sessão da Assembléia, o deputado relatou da tribuna o ocorrido e de pronto angariou o apoio dos seus pares. Na semana seguinte, retornou a Galiléia na companhia de mais dois deputados, mas, mesmo nessas circunstâncias, foram cercados por pistoleiros contratados pelo proprietário. Após muita negociação, o impasse foi solucionado, mas revelou o clima de grande tensão na área.²²

Além desses embates cotidianos, há de considerar as disputas políticas mais gerais que ocorriam no estado. Em 1958, durante as eleições estaduais em Pernambuco, formou-se uma frente das oposições, que ficou conhecida como *Frente do Recife*. Partidos legalmente constituídos (PSB, PTB, PST e UDN) formalizaram um programa e lançaram a candidatura de um usineiro, Cid Sampaio, após romper com as diversas resistências entre as esquerdas, sobretudo do Partido Comunista, que tinha muita força política, mas não aparecia legalmente. A eleição do udenista para o governo do estado em final de 1958 sinalizava uma ruptura da hegemonia (desde 1930) do PSD, além de apontar um avanço dos setores comprometidos com as lutas sociais e populares.²³

Nesse cenário político, as reportagens de Antonio Callado, publicadas no *Correio da Manhã*, obtiveram uma grande repercussão nacional. Foram transcritas nos Anais da Câmara Federal e nos Anais da Assembléia Legislativa de Pernambuco, como tema de diversos discursos favoráveis e contrários. Outros órgãos de imprensa também se manifestaram sobre as reportagens, alternando elogios ou ataques ao Nordeste de Callado. Rapidamente, a indústria da seca, a criação da Sudene e a luta das Ligas Camponesas de Galiléia transformaram-se em temas centrais do debate nacional.²⁴

Em novembro de 1959, ao retornar a Pernambuco, Callado testemunhou mais uma violência contra os moradores do Engenho Galiléia. Estes decidiram fazer, na data cívica de 15 de novembro, uma manifestação de solidariedade ao prefeito da cidade de Vitória de Santo Antão, o Sr. José Ferrer, que haviam ajudado a eleger. Mas, para surpresa de todos, foram impedidos, a cano de fuzil, conforme relatou o jornalista em matéria para o *Correio da Manhã*. Alguns dias após o incidente, o juiz de Vitória de Santo Antão, que havia quatro anos detinha em suas mãos o processo de despejo movido pelo proprietário, decidiu favoravelmente à desocupação das terras de Galiléia por todos os moradores que se encontravam em débito. Relatou o jornalista que a alternativa que existia para evitar um conflito de conseqüências imprevisíveis seria o projeto de desapropriação, que caminhava de forma vagarosa na Assembléia Legislativa, ser colocado em pauta e aprovado.²⁵

As duas matérias registrando esses acontecimentos, publicadas pelo *Correio da Manhã* nos dias 29 de novembro e 2 de dezembro, produziram uma reação do proprietário. Este, através do seu advogado, acionou o jornalista Antonio Callado e o deputado Francisco Julião como incursos na Lei de Segurança Nacional. O argumento era o de que estariam incitando os foreiros do Engenho a não cumprirem o mandato de despejo decretado pela Justiça de Vitória de Santo Antão.²⁶ Ao divulgar amplamente o fato, a imprensa provocou indignação em parcela significativa da Câmara Federal e mais de cem parlamentares federais assinaram uma moção de apoio a Callado.²⁷ A ação contra o jornalista e o deputado deixou de ser tema estadual ou regional e tornou-se nacional. Em última instância, estava em debate a reforma agrária e a necessidade de institucionalização de outras relações sociais no meio rural.

Desde a posse do governador eleito pela *Frente do Recife*, as Ligas Camponesas ampliaram sua mobilização, acreditando que um governo constituído com representantes da esquerda apressaria o processo de desapropriação das terras. “Em 1958, num período de três meses, as Ligas organizaram 80 atos públicos no Recife.”²⁸ No entanto, foi a publicação do despacho do juiz de Vitória de Santo Antão – que autorizava o cumprimento do mandato de desocupação das terras do Engenho pelos moradores com o pagamento do foro em atraso –, em novembro de 1959, que concorreu para o acirramento do confronto entre a SAPP e o proprietário do Engenho. Na assembléia, o projeto de desapropriação de Galiléia foi reapresentado, à medida que concentrações de trabalhadores na frente da Assembléia Legislativa e do Palácio do Governo aumentavam a pressão política. Editoriais e artigos na imprensa, em sua maioria, criticavam a possível desapropriação como uma ameaça sem precedentes à propriedade privada e à ordem social. O desfecho era imprevisível. Julião, em declaração ao *Diário de Pernambuco* em 30 de outubro do

ano em curso, prognosticava: “As Ligas concentrarão todos os seus efetivos para o primeiro banho de sangue do governo do Sr. Cid Sampaio, caso se consuma nova injustiça contra os moradores de Galiléia”.²⁹

O governo cedeu à pressão dos trabalhadores e a desapropriação foi assinada. A repercussão na imprensa de outros estados foi imediata, e prevaleceu um tom de crítica e censura ao ato do governo. Em 18 de fevereiro de 1960, o jornal *O Estado de S. Paulo* afirmava, em editorial:

Ao criticarmos, não faz ainda muitos dias, a absurda iniciativa do governador Cid Sampaio, de desapropriar as terras do Engenho Galiléia para, num ilícito e violento golpe no princípio da propriedade, distribuí-las aos empregados daquela empresa, prevíamos o que disso poderia resultar. A violência seria, como foi, considerada uma conquista das Ligas Camponesas, e acenderia a ambição dos demais camponeses assalariados, desejosos de favores idênticos.

O jornal apresentava o que poderia ser considerada a reação de uma parcela de setores econômicos e políticos dominantes à desapropriação. Para estes, era como se estivessem perdendo a batalha para os trabalhadores rurais e as esquerdas que os apoiavam. E ainda apresentava-se a agravante de que esta medida era tomada por um governador da UDN, embora tivesse sido eleito por uma frente em que as esquerdas tiveram um papel preponderante. No bojo desta acirrada disputa, após intensa negociação, o governo federal, apesar da reação de uma parcela significativa de parlamentares do Nordeste, conseguiu aprovar a criação da Sudene. Esta validação contou com mobilizações populares em Recife e Fortaleza, pois a Sudene aparecia como um esforço no sentido de industrializar o Nordeste e concorrer para mudanças nas arcaicas relações sociais e políticas da região.³⁰

Pode-se avaliar que havia – por parte do governo de Juscelino Kubitschek, de uma parcela da imprensa, da opinião pública, da Igreja Católica, das associações rurais e sindicatos urbanos – um movimento em direção à mudança do *status quo* do Nordeste. Mas nesses mesmos setores manifestavam-se fortes resistências, que se articulavam em uma ampla rede. Estava em palco, de uma forma como talvez nunca se observara antes, uma disputa entre a mudança e a permanência. As reportagens de Callado produziram um efeito *de verdade* sobre uma parcela da opinião pública, dos políticos, da Igreja Católica. Dom Hélder procurou Celso Furtado, após ter conhecimento da Operação Nordeste, e garantiu-lhe todo apoio, como também abraçou o projeto de criação da Sudene.³¹ O Nordeste precisava modernizar-se, combater a corrupção das oligarquias que utilizavam os recursos públicos para projetos particulares, e possibilitar ao seu trabalhador rural tornar-

se cidadão. Em torno dessa verdade é que o governo federal projetou a Operação Nordeste e aprovou a Sudene. Mas, para muitos que combatiam qualquer mudança, todas estas propostas eram indicativas de iniciativas comunistas.

O governo caminhava entre dois focos. De um lado, os proprietários, herdeiros de uma longa tradição de completo domínio sobre os trabalhadores/moradores de suas terras, reproduziam práticas patriarcais em que pequenos favores e apadrinhamentos se misturavam a relações de exploração (que se manifestavam através do cambão, do foro, do pulo da vara, do barracão) e apareciam como naturais. O morador submetido ao regime “de condição”, como era conhecido, tinha obrigação de prestar dois ou três dias de trabalho por semana ao engenho ou fazenda. Já o foreiro que arrendava um lote de terra tinha de conceder 10 a 20 dias de trabalho gratuito por ano ao proprietário, podendo, entretanto, enviar uma terceira pessoa para substituí-lo; este sistema era conhecido por “cambão”. O “pulo da vara” era uma expressão muito comum na zona canavieira: o administrador, ao medir com uma vara a extensão da terra trabalhada, comumente saltava um ou dois passos em relação à marca anterior. Assim, um trabalhador que havia cortado, plantado ou preparado uma terra de oito quadras (esta era a medida) era pago como havendo trabalhado seis. A grande maioria dos engenhos de açúcar tinha, também, seu barracão, em que eram vendidos produtos de primeira necessidade. Muitos trabalhadores recebiam o pagamento (no todo ou em parte) em vales para comprar no barracão. Havia, ainda, as cadernetas do barracão, em que eram anotadas suas compras durante o mês, que eles, entretanto, por serem analfabetos, tinham poucas condições de controlar.

Por outro lado, as Ligas Camponesas se insurgiam contra os proprietários rurais, criticando publicamente, através de passeatas e mobilizações, toda essa situação em que vivia a grande maioria dos trabalhadores rurais do Nordeste. O coroamento desta mobilização, a aprovação da desapropriação de Galiléia, teve um grande efeito sobre os trabalhadores rurais de Pernambuco e de outros estados. Apesar da dificuldade em computar o número de associados às Ligas, Fernando Azevedo afirma que, em 1961, estes chegaram a dez mil, distribuídos entre as 40 delegacias existentes.³²

As Ligas Camponesas, por intermédio das redes criadas com a participação ativa do deputado socialista Francisco Julião e de aliados diversos como Antonio Callado, transformaram a luta dos trabalhadores rurais em tema nacional. Com a vitória da Revolução em Cuba, a partir de 1959, Julião e alguns setores em que este se apoiava começaram a construir uma forte identidade com aquele país. Nessa construção, o exemplo da China era, também, incorporado. O caminho revolucionário trilhado por esses dois países, predominantemente agrários, transformou-se em exemplo de futuro para o Brasil no discurs-

so de Julião e de alguns segmentos da esquerda. Para os setores defensores do *status quo*, tais discursos, ao propugnares a revolução, passaram a justificar a ruptura da ordem constitucional.

Foi nesse quadro de acirrado confronto político, social, econômico e cultural que o jornalista do *The New York Times*, Tad Szulc, viajou ao Nordeste. Embora não existam informações sobre a forma de envolvimento do Departamento de Estado dos Estados Unidos com esta viagem, é possível que a reportagem tivesse objetivos que iam além de informar a opinião pública daquele país acerca das lutas sociais no campo, no Nordeste do Brasil. Esta reportagem nos faz pensar na história do presente, e somos levados a comparar o movimento das Ligas com a luta dos trabalhadores rurais, hoje, através do Movimento dos Sem-Terra (MST). Embora sejam realizadas mobilizações nacionais e ocupações simultâneas em diversas fazendas, nas diferentes regiões do Brasil, nem mesmo assim o MST é considerado uma ameaça à governabilidade do país e à paz no continente, como era apresentado o movimento rural em 1960, na reportagem de Szulc. Somos, então, obrigados a perguntar: o que fazia com que aquele jornalista construísse um Nordeste incendiário?

Dois fatores interligados – a guerra fria e a Revolução em Cuba – de certa maneira concorriam para produzir a percepção, a compreensão e a representação que Szulc então descrevia e informava ao *The New York Times*. Um jornalista sem militância nas lides da esquerda reproduzia o anticomunismo dominante nos Estados Unidos. O mundo que se construiu após 1947, dividido entre os blocos comunista e capitalista, não deixava alternativa a uma via autônoma, como também pensava Juscelino e seu projeto Operação Pan Americana, em que o Brasil assumiria uma posição de liderança na América Latina e, ao mesmo tempo, de independência em face dos dois blocos.³³ Jânio Quadros e João Goulart também procuraram manter uma política de não-alinhamento automático a nenhum dos dois lados.³⁴ Por parte do governo dos Estados Unidos, havia um grande temor de que o continente latino-americano tendesse para o comunismo e se tornasse alvo do controle soviético. Nesse aspecto, a posição do Brasil era objeto de críticas do governo norte-americano. Além disso, a Revolução Cubana oferecia uma nova representação histórica, ou seja, na América Latina, um grupo de guerrilheiros armados (com o apoio de uma população pobre e revoltada com as injustiças e as desigualdades sociais) havia sido capaz de fazer uma revolução e tomar o poder. Em outros termos, a imprevisibilidade histórica passava a ter uma influência significativa nas representações construídas, propiciando a produção de um grande medo da força e do poder do comunismo.

Foi, de certa forma, ocupando esse lugar, tomado por esse espírito, que o autor da reportagem acerca do Nordeste e da ação das Ligas Camponesas para o jornal *The New*

York Times pautou seu trabalho. O título da sua reportagem, publicada na primeira página, sentenciava: *Pobreza no Nordeste do Brasil gera ameaça de revolta*.³⁵ A construção da matéria não deve ter deixado dúvidas ao leitor americano de que uma revolução comunista iminente estava para ser desencadeada no Brasil. Para cimentar sua representação, intermediava suas conclusões com declarações de líderes das Ligas Camponesas; transcrevia alguns trechos de discursos pronunciados em uma assembléia das Ligas, no interior de Pernambuco, em que o orador teria afirmado:

Essa luta não será mais interrompida. O exemplo de Cuba é aqui. Nós queremos uma solução pacífica para seus problemas, mas, se não conseguirmos, nós viremos aqui e convocaremos vocês a pegarem as armas e fazerem a revolução. Os grandes proprietários com o apoio do imperialismo dos Estados Unidos estão sugando nosso sangue.³⁶

Ao ler esse pequeno extrato do que teria sido o discurso de um líder das Ligas, o leitor, possivelmente, terá imaginado que a revolução armada estava a caminho e que ela teria como alvo os grandes proprietários do Brasil e os interesses dos Estados Unidos na região. O *efeito de verdade* do enunciado era construído ao apresentá-lo não como interpretação ou comentário jornalístico, mas como expressão direta da fala de um líder camponês. Para reforçar seu argumento, associava declarações de políticos e intelectuais, para quem, se algo não fosse feito em termos de mudanças econômicas e da estrutura social, uma revolução de proporções incontroláveis seria inevitável em poucos anos. Informava ainda Szulc ao leitor que a força do comunismo na região devia-se, sobretudo, ao nível de pobreza, que a tornava vulnerável à pregação revolucionária. O perigo de uma revolução propagar-se do Nordeste para o resto do Brasil teria outras implicações para os Estados Unidos, além da questão da disputa pela hegemonia no continente, haja vista que esta é uma região fundamental para as estações de apoio aos mísseis intercontinentais e para o lançamento de foguetes do Cabo Canaveral – logo, haveria também implicações de estratégia de defesa militar.³⁷

Todo esse discurso, produzido a partir da representação de um Nordeste revolucionário e comunista, estava articulado às alocações e às práticas de diversos setores da sociedade no Nordeste e em outras regiões do Brasil. Szulc reforçava os laços entre os interesses dos Estados Unidos e os de setores dominantes da sociedade no Brasil, quando revelava como muitos políticos e intelectuais, entre outros grupos, encontravam-se apreensivos e alarmados com a possibilidade de uma revolução iminente, se nenhuma medida fosse tomada.

A luta dos trabalhadores por direito à cidadania era transformada, por grande parte da imprensa e por diversas instituições da sociedade civil, em um grande medo, em um grande perigo que ameaçava a todos. Assim, de forma gradativa, eram elaboradas as condições que justificariam a ruptura do pacto constitucional.

Igreja e imperialismo

Na escrita deste texto, o leitor já deve ter percebido que trabalhamos com a idéia de história como combate, ou seja, como uma construção alvo de controvérsias, oposições, divergências. Logo, das fontes documentais não emana um passado com um significado evidente e objetivo de que os contemporâneos se apropriam.

Nesse sentido, partimos de uma visão de história construída a partir da perspectiva de uma determinada historiografia, e tendo-a como interface das nossas pesquisas, com o que elaboramos nossas questões. Como já assinalamos, a pesquisa sobre os movimentos sociais rurais no Nordeste do Brasil, nas décadas de 1950 e 1960,³⁸ oferece grandes linhas de entendimento para as lutas sociais naquele período, tanto no contexto mundial (em face da guerra fria) como em âmbito nacional, em que diversas forças políticas e sociais se digladiavam. Poder-se-ia considerar um procedimento coerente com a análise e a operação historiográfica de Certeau estabelecer deslocamentos analíticos construindo outros campos de significado históricos acerca dessas verdades historiográficas. Ao mesmo tempo, surpreende, quando alteramos o nível da abordagem macro e mergulhamos no campo dos relatos orais de memória. Embora as narrativas de memória adquiram os mais diversos matizes, em razão tanto das perguntas formuladas, ou mesmo da postura do entrevistador, como também do entrevistado,³⁹ muitas vezes estes relatos descortinam um novo campo de informações históricas. Experiências, relações, disputas, estratégias cotidianas algumas vezes ocorre não serem registradas em outros tipos de fontes. Nesse sentido, muitos depoimentos concorrem para um tratamento micro-histórico, na medida em que

(...) a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos. Variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama. Ou, para recorrer a um outro sistema de referências, mudar as escalas de representação em cartografia não consiste apenas em representar uma realidade constante em tamanho maior ou menor, e sim em transformar o conteúdo da representação (ou seja, a escolha daquilo que é representável). Notemos desde já que a dimensão “micro” não goza, nesse sentido, de nenhum privilégio especial.⁴⁰

Assim, entendemos que o relato oral de memória não contempla ou atende por si a nenhum patamar especial de conhecimento, mas que, ao oferecer algumas (ou muitas) vezes dimensões e aspectos relativos a microacontecimentos, possibilita modificar a trama, o enfoque. Está, contudo, novamente a exigir do historiador um deslocamento analítico, pois nenhum documento, mesmo inusitado, advindo algumas vezes do relato oral, substituirá o fazer do historiador, a operação historiográfica.

Os padres que migraram da Europa para o Brasil no período em estudo vinham como missionários. Atendiam a um apelo da Encíclica *Fidei Domun* e, nesse sentido, estavam conscientes da importância da sua missão no sentido de barrar o avanço do comunismo, principalmente no Nordeste do Brasil, onde as Ligas Camponesas (desde 1955) transformaram-se numa grande ameaça à hegemonia católica. Isto porque o discurso das Ligas não apontava a *religião como ópio do povo*, mas apropriava-se da simbologia cristã e produzia um discurso criticando proprietários e padres. Uma cartilha produzida na época pelas Ligas ilustra essa crítica:

O latifúndio diz assim: “Deus castiga aquele que se rebela contra ele. Se um é rico e outro é pobre, se um tem terra e outro não, se um deve trabalhar com a enxada para dar o ‘cambão’ e outro se mantém e se enriquece com o fruto desse ‘cambão’, se um vive num palácio e o outro numa palhoça, é porque Deus quer. Quem se rebela contra isso, se rebela contra Deus. Sofre os castigos do céu: peste, guerra e fome. E quando morre vai para o inferno. O pobre deve ser pobre para que o rico seja rico. O mundo sempre foi assim. E há de ser sempre assim. É Deus quem o quer...” Assim fala o latifundiário ao camponês. Usa o nome de Deus para assustar-te. Porque tu crês em Deus. Porém esse Deus do latifundiário não é teu Deus. Teu Deus é manso como um cordeiro. Se chama Jesus Cristo. Nasceu em um estábulo. Viveu entre os pobres. Se rodeou de pescadores, camponeses, operários e mendigos. Queria a liberdade de todos eles. Dizia que a terra devia ser de quem trabalha. E o fruto era comum. São suas as seguintes palavras: “É mais fácil um camelo passar por um buraco de uma agulha, que um rico entrar no reino dos céus”. Porque afirmava essas coisas foi crucificado pelos latifundiários do seu tempo. Hoje seria fuzilado. Ou o internariam num asilo de loucos. Ou seria preso como comunista. Escuta bem o que te digo, camponês. Se um padre ou pastor te fala em nome de um Deus que ameaça o povo com peste, guerra e fome, raios e trovões e o fogo do inferno, saiba que esse padre ou esse pastor são servos do latifúndio e não um ministro de Deus.⁴¹

O texto da Cartilha, possivelmente lido em voz alta nas rodas de camponeses (em face da tradição oral do cordel em todo o Nordeste, bem como do grande número de analfabetos), deve ter causado um forte impacto entre muitos trabalhadores rurais. Talvez nunca tivessem ouvido, ou lido, uma crítica tão direta ao discurso e às práticas dos proprietários e dos padres e pastores.

Nesse sentido, podemos imaginar a ameaça que as Ligas se tornaram para as lideranças católicas, que talvez viesse a se repetir, em plena metade do século XX, aquilo que, *mutatis mutandis*, ocorreria na Europa, na visão de Pio XI, quando afirmou que o grande escândalo do século XIX fora a perda do operariado pela Igreja.⁴² No Nordeste do Brasil, poder-se-ia pensar, iniciava-se o movimento de perda dos trabalhadores rurais.

Era nesse cenário de disputa, de luta pelo poder de controlar os movimentos sociais rurais que os religiosos podiam ser considerados por setores das classes dominantes tão importantes quanto a colaboração dos Estados Unidos. Mesmo em 1968, quando a relação entre o clero e o regime militar já havia sido alvo de diversos enfrentamentos, padre Jaime le Boyer registrava em sua história de vida:

O governo militar havia feito um acordo com a Igreja, e os padres de *Fidei Domun* já vinham com este tipo de visto da Holanda. Naquele tempo já era difícil obter o visto permanente, mas como estratégia dos militares, para manter um bom relacionamento com a Igreja, eles concediam aos religiosos. Tenho esse visto até hoje.⁴³

Garantir um bom relacionamento com a Igreja era compreender, entre outros aspectos, o papel formador da religião. Como observa Bourdieu:

(...) a religião contribui para a imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social, na medida em que impõe um sistema de práticas e de representações cuja estrutura objetivamente fundada em um princípio de divisão política apresenta-se como a estrutura natural-sobrenatural do cosmos.⁴⁴

Eram, no entanto, seus discursos e suas práticas nesse papel formador da religião que a Igreja Católica no Brasil estava sendo desafiada a repensar. As Ligas estavam a pontuar que o discurso tradicional da Igreja era contra o povo trabalhador e, sobretudo, não representava o pensamento e a ação de Jesus – este, sim, um permanente aliado do povo pobre e humilde, como Fidel Castro, Mao Tse Tung e Francisco Julião. Estavam, então, lançados os elementos para construção de uma outra percepção, uma outra sensibilidade e um outro pensamento acerca do universo social, estabelecendo-se um novo pacto entre o sagrado e as relações sociais. Ou seja, o trabalhador rural tinha possibilidade de aprender a ler o mundo ao seu redor de uma maneira diferenciada, com significados distintos do que ouvira e praticara em grande parte da sua vida.

Ao mesmo tempo, os padres que chegavam para ajudar nessa missão contra o comunismo, contra as Ligas, eram lançados no mundo rural sem nenhum processo prévio de adaptação. Não dominavam ainda a língua e desconheciam inteiramente os valores e as

práticas culturais. Vinham carregados da visão imperialista que a Europa construíra sobre este lado do mundo. O padre holandês Lambertus Bogaard relembra o desembarque em Recife em 1958: “A idéia que nós tínhamos na Holanda era que o Brasil era um país inteiramente atrasado. Quando desembarquei em Recife fiquei surpreso com todos aqueles prédios. Pensava que ia encontrar especialmente índios e negros pobres, atrasados, mas foi exatamente o contrário.”⁴⁵

A postura, a visão que esse exército de religiosos trazia e praticava era idêntica à do colonizador imperialista, que acreditava no caráter salvacionista do projeto civilizador. Afinal, para a Europa, o domínio sobre as colônias, principalmente na África, ainda era muito presente no período em estudo. Muitos governos continuavam mantendo seu Ministério das Colônias. Logo, essa visão civilizatória, associada ao projeto imperialista e muito presente na cultura europeia, era parte da bagagem cultural desses religiosos. O próprio padre Lambertus faria uma certa crítica à sua postura inicial, quando da chegada ao Brasil:

Nossa filosofia era de ajudar no desenvolvimento do País; nos sentíamos também responsáveis, logo pensávamos que tínhamos que fazer as coisas por outros caminhos. Não adiantava fazer as mesmas coisas. Então isso criou problemas. Isso aliás acontece com todos, padres ou leigos, que vêm de fora para ajudar o Brasil. Eles pensam que só eles mesmos têm as respostas e podem impor suas idéias.⁴⁶

A força do discurso religioso, que informava a visão de mundo, os comportamentos e as práticas sociais, vinha carregada de signos civilizatórios que desqualificavam a cultura nacional. Como o próprio Lambertus confessa, todos chegavam com essa visão, mas poucos percebiam o significado dessa postura. Poder-se-ia, então, operando um movimento de deslocamento analítico sobre o relato de história de vida em foco, pensar numa lógica religiosa imperialista. Em outros termos, podemos buscar um novo diálogo inspirador, desta vez com um teórico da cultura e do imperialismo, Edward Said. Suas reflexões, embora estejam construídas a partir das narrativas dos romances produzidos nos países imperialistas entre o final do século XIX e início do XX, possibilitam, de certa forma, estabelecer algumas conexões analíticas com nossa temática. Afirma ele:

O principal objeto de disputa no imperialismo é, evidentemente, a terra; mas quando se tratava de quem possuía a terra, quem tinha o direito de nela se estabelecer e trabalhar, quem a explorava, quem a reconquistou e quem agora planeja seu futuro – essas questões foram pensadas, discutidas e até, por um tempo, decididas na narrativa... O poder de narrar, ou de impedir que se formem e surjam outras narrativas, é muito importante para a cultura e o imperialismo, e constitui uma das principais conexões entre ambos.⁴⁷

No caso das Ligas, também encontramos narrativas curtas, de caráter pedagógico, que passavam a demarcar um contradiscurso em relação às representações dominantes de manutenção das estruturas latifundiárias e de suas práticas de exploração do trabalho. Julião se inspiraria nos poetas populares para produzir diversos textos, como *Guia, ABC, Recado, Cartilha do Camponês*. Em uma linguagem simples e direta, como se estivesse conversando com o camponês, elaborava, de forma pedagógica, todo um discurso de mudança e transformação. Os valores da união e da solidariedade camponesa, associados a uma releitura do cristianismo, constituem-se nos pilares deste discurso de mobilização e luta.

Os padres que migraram para o Brasil nesse período vieram em nome de uma cruzada, em defesa dos valores ocidentais cristãos, e seu discurso civilizador, a sua visão de mundo estavam marcados por uma formação imperialista. Mesmo que não estivessem imediatamente a serviço de empresas e projetos econômicos imperialistas, os valores e as práticas com os quais estabeleciam e fundavam suas relações com os diversos segmentos da sociedade, principalmente no meio rural, foram estruturados a partir de uma educação, de uma formação, de uma história e visão de mundo imperialistas. Mas, por outro lado, não podemos esquecer que aqueles que os recebiam também aprenderam a admirar, a respeitar, a submeter-se aos que vinham de fora, de um outro país. Essa forma de recepção não impedia práticas de trampolinagem,⁴⁸ como observa Certeau, embora estas raramente chegassem a questionar de maneira radical o discurso desses religiosos. Como afirma Saïd, da mesma maneira que Conrad, em seu romance *Heart of darkness*, criticava a crueldade e as injustiças resultantes do imperialismo europeu, mas era incapaz de pensar uma ruptura radical daquele mundo africano com o imperialismo.⁴⁹

Se esta é, entretanto, uma leitura possível do discurso e da prática desses religiosos, um outro relato nos surpreende, pelo que projeta como complexidade das relações sociais. Xavier Maupeou é um padre francês que narra uma história de vida bastante incommon, pois, ao concluir seus estudos secundários na França, entrou para a Escola dos Oficiais da Reserva da Cavalaria, da qual saiu como aspirante. Em seguida, foi mandado para a fronteira da Argélia com a Tunísia, sendo, posteriormente, transferido para a frente de batalha da guerra da Argélia, até ser ferido gravemente e enviado a um hospital em Paris. Ao recuperar-se deixou o Exército e ingressou no seminário. Após cinco anos, ordenou-se padre e, atendendo ao espírito da Encíclica *Fidei Domun*, decidiu aceitar o convite para trabalhar como missionário no Brasil. Em razão de contatos anteriores, viajou para o Nordeste, mais especificamente à cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão.

Uma das práticas comuns, em face do reduzido número de padres nessa região, era a chamada “desobriga”, ou seja, as visitas pastorais que poderiam durar alguns dias, em que eram realizadas dezenas de casamentos, batismos, crismas e, também, ouvida a confissão e rezada a missa. Após o cumprimento de todas as obrigações religiosas, tinha início uma festa, com bastante comida e bebida.

Relembra, então, Xavier que teve problemas na viagem para uma desobriga na cidade de Santo Amaro, no interior do Maranhão, e acabou chegando com muito atraso. O povo, cansado de esperar, fez a festa antes de cumprir as obrigações religiosas. Ao chegar, encontrou as pessoas com ressaca em razão da bebida. Mas, mesmo nestas condições, teve início a reunião de reflexão bíblica. Relata ele:

Chegou então uma hora, em que não me controlei e disse: “Se ninguém falar, eu nunca mais piso aqui...” Não devia ter dito isso. Um velho disse ao filho dele: “Fala”. O rapaz pegou a Bíblia para tentar ler, e a colocou de cabeça para baixo. Eu não me controlei: “Burro, tu não sabes nem pegar na Bíblia direito”. Ele me respondeu: “Burro hoje, o senhor vai ver daqui a três meses”. Continuamos a reunião, apesar da falta de ambiente de fraternidade.

Passados alguns meses, José Martins, o trabalhador que padre Xavier havia chamado de burro, foi à sua casa:

Ele entrou, almoçamos, não tocamos no problema que havia ocorrido... Quando acabamos, ele disse: “O senhor se lembra...” Eu disse: “Me lembro e peço perdão”. Ele então retrucou: “Não se trata disso. Vim marcar uma data para a próxima desobriga”. Quando voltei lá novamente para a desobriga, assisti uma coisa prodigiosa. Prepararam uma verdadeira festa. Enfeitaram tudo, os meninos cantando, e houve então uma pregação desse homem – José Martins – fabulosa.⁵⁰

Este relato nos faz pensar o quanto a atitude de reprovação e cobrança do religioso operou como um enfrentamento para o próprio grupo se superar. No entanto, desafio maior ocorreu alguns meses depois. Relata Xavier:

Poucos meses depois dessa desobriga, teve início o problema da terra nessa comunidade. O “proprietário”, entre aspas, pois não são proprietários, mas ladrões, porque nesse tempo já roubavam as terras, foi falar com o delegado e pedir a este providências para expulsar dois moradores das suas terras. Como era costume, o delegado enviou um bilhetinho aos moradores dizendo: “Venham falar comigo na delegacia”. Nessas situações, normalmente o trabalhador vinha, e o delegado comunicava que tinha duas horas para sair da terra. Mas dessa vez foi diferente. Eles receberam o bilhete do delegado e leram como liam a Bíblia. Leram, discutiram e decidiram que não iriam apenas os dois, mas toda a comunidade. Na hora marcada estavam em frente da casa paroquial, pois a delegacia era vizinha.

Eu não estava sabendo de nada. Quando vi chegar esse povo todo, fui saber do que se tratava. Eles então me explicaram. Eu pensei: “Nossa Senhora de Fátima, vai começar a confusão”. Nós nunca tínhamos em nossas reuniões tratado explicitamente de assunto de terra, mas de toda a vida.

Teve então início dentro da delegacia a reunião com o delegado. Ele exigiu a presença apenas dos dois. O restante esperasse na rua. Houve um diálogo fantástico com o delegado: “Vocês vão sair da terra”. Eles então interrogaram: “Mas senhor delegado, com todo respeito, por quê?” Era a primeira vez na história do município de Urbano Santos que um lavrador dialogava com uma autoridade, e não apenas ouvia calado e respondia “sim, senhor”. Poderia dizer que essa é uma caminhada própria do processo de formação de uma Comunidade Eclesial de Base.

Após esse incidente, começou um “zunzunzum” na elite da cidade. Passaram a dizer: “Isso é comunismo e são os padres”. A partir de então, passamos a ser acusados de pregar Mao Tse Tung e essas coisas de subversão. Quando, de fato, era apenas uma caminhada típica de um padre normal, que queria ensinar o Catecismo e a palavra de Deus. Nunca tínhamos falado de política ou de partido. No entanto, a partir da reflexão e da leitura sobre a palavra de Deus e o Catecismo, foram desfeitas certas relações de poder. Basicamente, fruto do diálogo com o povo.⁵¹

O relato de Dom Xavier privilegia a prática religiosa, colocando-a no centro da mudança da postura política ou mais propriamente da construção da cidadania. Provavelmente, outros fatores devem ter concorrido, além da prática religiosa, para que esse grupo rompesse com o medo e enfrentasse os desafios da polícia. Entretanto, mesmo considerando-se que esse é o registro produzido por Dom Xavier, e que o relato dos trabalhadores seria, talvez, inteiramente outro, mudanças culturais significativas devem ter se processado para um religioso de formação européia construir esta compreensão das práticas sociais e políticas.

Recebido em agosto/2004; aprovado em setembro/2004

Notas

* Este artigo é resultado do trabalho de pesquisa desenvolvido através do projeto “Memórias da Terra: a Igreja Católica, as Ligas Camponesas e as Esquerdas (1954-1970)”, realizado com apoio do CNPq.

** Professor do Departamento de História da UFPE.

¹ GRAMSCI, Antonio. *Obras escolhidas*. Trad. Manuel Cruz. Lisboa, Estampa, 1974, p. 25.

² NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, Educ, v. 10, p. 8, 1993.

³ LACLAU, Ernesto. "A política e os limites da modernidade". In: *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro, Rocco, 1992, p. 147.

⁴ LESSA, Sônia Sampaio Navarro. *O movimento sindical rural em Pernambuco: 1958-1968*. 1985. Dissertação de mestrado em História apresentada à Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 52.

⁵ CALLADO, Antonio. *Os industriais da seca e os "galileus" de Pernambuco*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969, p. 48.

⁶ ARQUIVO Público Estadual de Pernambuco. Documentação do Dops. Fundo nº 29.709.

⁷ AZEVEDO, Fernando de. *As Ligas Camponesas*. São Paulo, Paz e Terra, 1982.

⁸ PAGE, Joseph. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-1964)*. Rio de Janeiro, Record, 1972, p. 59.

⁹ SANTIAGO, Vandek. *Francisco Julião: luta, paixão e morte de um agitador*. Recife, A Assembléia, 2001 (Série Perfil Parlamentar), p. 53.

¹⁰ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. 2. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1979, p. 28.

¹¹ Pesquisa da documentação do Dops no Arquivo Público Estadual, em Pernambuco, torna possível rastrear como as atividades das Ligas eram vigiadas em todos os municípios e em engenhos e fazendas onde vinham a ser fundadas. A polícia chegou a desenhar um quadro, localizando-as de forma bastante detalhada, além de, muitas vezes, serem escritos relatórios resultantes deste monitoramento.

¹² Paudalho é um município de Pernambuco, localizado numa área de engenhos voltados para a plantação de cana e a olaria. Classificado pelo IBGE como situado na zona da mata norte, dista 45 km de Recife. Segundo a documentação da polícia, desde a década de 1940 havia registros de uma intensa atividade do Partido Comunista no município.

¹³ RELATÓRIO do Investigador nº 239. Documentação do Dops do Arquivo Público Estadual de Pernambuco. Fundo da Secretaria de Segurança Pública nº 29.265.

¹⁴ Id., *ibid.*

¹⁵ Esta série de reportagens foi publicada em livro com o título *Os industriais da seca e os "galileus" de Pernambuco*, já citado neste artigo.

¹⁶ Este é o nome pelo qual a Liga foi registrada pelos camponeses do Engenho Galiléia, da cidade de Vitória de Santo Antão, no interior de Pernambuco, na segunda metade da década de 1950.

¹⁷ CALLADO, *op. cit.*, pp. 5-31.

¹⁸ Ver FURTADO, Celso. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, p. 46.

¹⁹ FOUCAULT, *op. cit.*, p. 13.

²⁰ Existiam delegacias das Ligas Camponesas nas seguintes cidades: Goiana, Igarapé, Paulista, Olinda, São Lourenço da Mata, Pau d'Alho, Limoeiro, Bom Jardim, Orobó, João Alfredo, Surubim, Jaboatão, Moreno, Vitória de Santo Antão, Gravatá, Bezerros, Caruaru, Belo Jardim, Pesqueira, Buíque, São Bento do Una, Bonito, Cortês, Escada e Cabo. Cf. CALLADO, *op. cit.*, pp. 5-31.

²¹ Id., *ibid.*, p. 49.

²² PAGE, *op. cit.*, p. 64.

²³ SOARES, José Arlindo. *Nacionalismo e crise social: o caso da Frente do Recife (1955-1964)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

²⁴ CALLADO, op. cit., p. 125.

²⁵ Id., *ibid.*, pp. 132-4.

²⁶ *Ibid.*, p. 145.

²⁷ *Ibid.*, p. 156.

²⁸ SANTIAGO, op. cit., p. 72.

²⁹ Apud AZEVEDO, op. cit., p. 69.

³⁰ FURTADO, op. cit., p. 78.

³¹ FURTADO, op. cit., p. 47.

³² AZEVEDO, op. cit., p. 70.

³³ ROGERS, William D. *The twilight struggle: the Alliance for Progress and the politics of development in Latin America*. New York, Random House, 1967, p. 19.

³⁴ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 7 ed. Rio de Janeiro/Brasília, Revan/Ed. UnB, 2001, pp. 46-50.

³⁵ *The New York Times*. New York, monday, october 31, 1960.

³⁶ Id., *ibid.*

³⁷ Id., november 1, 1960.

³⁸ Certeau observa, acerca da relação pesquisa e escrita: “Enquanto a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim, e esta estrutura de parada chega até à introdução, já organizada pelo dever de terminar”. CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2 ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2003, p. 4.

³⁹ Diversos historiadores que trabalham com entrevistas, principalmente com pessoas públicas, percebem como estas, muitas vezes, já têm um discurso pronto, acabado, freqüentemente de caráter macro, que nada acrescenta a outras fontes documentais.

⁴⁰ REVEL, Jacques. “Microanálise e construção social”. In: *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1998, p. 20.

⁴¹ JULIÃO, Francisco. *Cartilha do camponês*. Recife, s.e., set. 1960, p. 9.

⁴² ALVES, Márcio Moreira. *O cristo do povo*. Rio de Janeiro, Sabiá, 1968, p. 68.

⁴³ Entrevista com padre Jaime Le Boyer para o Projeto Guerreiros do Além-Mar.

⁴⁴ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Trad. Sérgio Miceli. 2 ed. São Paulo, Perspectiva, 1982, pp. 33-4.

⁴⁵ Entrevista com o ex-padre Lambertus Bogaard para o Projeto Guerreiros do Além-Mar.

⁴⁶ Id., *ibid.*

⁴⁷ SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 13.

⁴⁸ “O que aí se chama sabedoria, define-se como trampolinagem, palavra que um jogo de palavras associa à acrobacia do saltimbanco e à sua arte de saltar no trampolim, e como trapaçaria, astúcia e esperteza, no modo de utilizar ou de driblar os termos dos contratos sociais.” CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. Rio de Janeiro, Vozes, 1998, p. 79.

⁴⁹ SAID, op. cit., pp. 62-3.

⁵⁰ Entrevista com o bispo Dom Xavier Gilles de Maupeou D'Ableiges para o Projeto Guerreiros do Além-Mar.

⁵¹ Id., *ibid.*